

Conversão da dívida ^{Externa} pode ser retomada

O ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva, admitiu ontem em São Paulo que algumas medidas de caráter financeiro poderão ser tomadas para estimular o ingresso de capital estrangeiro no País sob a forma de investimento. "Somos contra os incentivos, mas podemos criar algumas facilidades, como a retomada do processo de conversão de dívida externa em capital de risco e vantagens para financiamentos de longo prazo", afirmou.

O ministro participou ontem do World Economic Forum e, à saída, disse que a maioria das perguntas dos participantes era sobre privatização. "Muitos nos procuraram, alguns até interessados na compra de estatais", informou. No entanto, Ozires acha pouco provável a conclusão de algum processo antes de outubro. "Não por causa das eleições, mas porque nos últimos anos o governo mostrou que não é o melhor dos acionistas e se encarregou de tornar ineficientes a maioria das empresas", disse. "Hoje muitas delas estão enfraquecidas, precisando ser reorganizadas", observou.

Ozires mostrou-se frustrado com o que encontrou nessas empre-

sas. Segundo ele, não é possível manter esses empreendimentos sem que prestem bons serviços à população. O caminho, portanto, é trocar de dono, destacou o ministro, que no dia 18 apresentará ao presidente Fernando Collor uma lista com os servidores que serão dispensados das empresas vinculadas à Infra-Estrutura. Ozires não informou quantos funcionários perderão o emprego, mas adiantou que a meta estipulada para seu ministério é de 14% do total da folha.

O ministro disse, também, que pretende continuar desregulamentando a sua área de atuação: "Na segunda-feira, por exemplo, irei inaugurar em Brasília o primeiro posto de gasolina aberto sem concessão do governo federal", informou. Para ele, o governo está caminhando nesse sentido, do livre mercado e, por isso, a inflação pode oscilar, como agora, segundo a movimentação e o desempenho de todos os segmentos da economia. "Também tenho visto críticas ao suposto conflito que há entre Executivo, Legislativo e Judiciário", afirmou. E completou: "Nada disso existe, estamos vivendo uma democracia plena e a divergência entre os poderes é normal".

ESTADO DE SÃO PAULO

09 JUN 1990